

From: [Tarcísio Santos de Salles](#)

To: saesp@inpi.gov.br

Sent: Wednesday, March 21, 2012 11:43 AM

Subject: NÃO A PATENTES DE SOFTWARE NO BRASIL

Bom dia.

Tomando conhecimento da campanha DIGA NÃO ÀS PATENTES DE SOFTWARE NO BRASIL, resolvi apoiar. Pelo que estou aqui, também eu, expressando minha opinião de que isto não é necessário, senão ainda sendo prejudicial ao que poderia restringir a utilização de produção intelectual útil não somente a uma invenção industrial. Mas a muitas outras que poderiam carecer do aproveitamento do programa. O que seria prejudicial inclusive aos profissionais de programação. Os quais, apenas com o direito autoral, não sofrem prejuízo algum em suas negociações de uso.

Atenciosamente,

Tarcísio Santos de Salles

Consultor, Escritor, [Iniciativas T.S. SAL](#), Diretor Geral

Links Internet: <http://meadiciona.com/tassalles/>

Twitter: <http://twitter.com/tassalles/>

RESPONSÁVEL: Tarcisio Santos de Salles

DATA DE ENVIO: 21/03/12

RESPOSTA:

Inicialmente, gostaríamos de enfatizar que as Diretrizes de Exame apresentadas visam uniformizar os procedimentos de exame de pedidos de patente envolvendo criações que se referem ou se baseiam em implementações por programa de computador.

Esclarecemos que o INPI não concede patente a programas de computador, pois estes não são considerados invenção pelo inciso V do Art. 10 da LPI. Tais programas são, entretanto, passíveis de proteção através da Lei de Direito Autoral nº 9.610/1998, observando o disposto na Lei de Software nº 9.609/1998.

Enquanto a LPI garante ao inventor o direito de proteger as características técnicas associadas a uma invenção, o Direito de Autor protege a expressão do trabalho intelectual relacionado à invenção, ou seja, o programa de computador em si. Assim, mesmo se o inventor de um processo implementar tal processo através de um programa de computador, este processo (e não o programa) pode ser protegido através do sistema de patentes.